

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 1.519, DE 2022

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro, de 1998, para dispor a respeito de medidas de combate à prática de maus tratos contra animais domésticos e silvestres.

Autor: Deputado DELEGADO PABLO

Relator: Deputado PAULO BENGTON

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise pretende alterar a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro, de 1998, com o fim de reforçar o combate às práticas de maus tratos contra animais domésticos e silvestres. Com esse propósito, acrescenta-se um art. 25-A estabelecendo que na hipótese de flagrante situação de maus tratos a animais, qualquer pessoa tenha a possibilidade e autoridades estatais tenham o dever, ainda que sem mandado, de adentrar em propriedade privada com a finalidade de resgatá-los.

Após realizado o resgate na situação de flagrância deverá ser feito um Boletim de Ocorrência, sob pena de responsabilização do agente nas esferas penal e administrativa. O cidadão comum que realizar o resgate figurará, em regra, como fiel depositário até a decisão judicial ou administrativa que lhe dê destinação. Poderá, contudo, entregar o animal resgatado à tutela do Poder Público, que o encaminhará a zoológicos ou abrigos homologados ou conveniados.

No caso de animais silvestres, entretanto, a prioridade será a reabilitação para soltura na natureza. Não sendo possível, de igual maneira,



serão encaminhados para zoológicos nacionais. O Projeto atribui, por fim, ao Poder Executivo a regulamentação das disposições da Lei, com a fixação de parâmetros para a homologação e convênio com abrigos para animais domésticos e silvestres.

A matéria, que tramita sob regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD). No prazo regimental não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente, vale destacar que o ponto central do Projeto diz respeito à hipótese de exceção à regra constitucional de inviolabilidade do domicílio (art. 5º, XI, CRFB/88). Ocorre que a própria previsão constitucional já é expressa no sentido de que tal inviolabilidade é mitigada quando se verificar caso de flagrante delito.

Certo é que maus-tratos já figura como conduta criminalizada, conforme art. 32 da Lei nº 9.605/1998, o que nos permite concluir que os casos em que se verifica flagrante de tal conduta já são albergados pela própria Constituição da República. Inclusive, a importância que o Congresso Nacional confere ao tema, sobretudo quando se trata de animais domésticos presentes nas casas de quase todo brasileiro, é evidenciada pela última alteração promovida pela Lei nº 14.064/2020, em que se aumentou a pena para o crime de maus tratos contra cães e gatos.

Verifica-se, contudo, no presente caso, tratar-se de proposição que não inova ou amplia qualquer proteção, conforme pretendido. Isso porque as hipóteses de exceção à inviolabilidade à casa das pessoas são expressas na CRFB/88. Além disso, o Código de Processo Penal (CPP) traz, nos arts. 301 a 310, além dos casos de prisão em flagrante, todo o detalhamento de



procedimentos posteriores. Tal arcabouço normativo confere a segurança necessária para que o cidadão comum e as autoridades estatais possam agir para cessar o cometimento de delitos, sem que incorram em excessos.

Deve se considerar que nosso ordenamento jurídico não impõe distinção entre os tipos de crimes e a necessidade daqueles que o presenciam de buscarem sua interrupção. A previsão de procedimento diferenciado e sem o detalhamento necessário para que haja a adequada proteção a direitos fundamentais pode trazer certa insegurança jurídica. O mero registro de Boletim de Ocorrência não confere qualquer presunção de legalidade da conduta daquele que adentrou a residência alheia sem permissão. Tampouco é suficiente.

Desse modo, a pretensão do Projeto acaba por não ser alcançada pelo texto proposto. Por outro lado, sendo a intenção a garantia da possibilidade de interrupção do cometimento do crime de maus-tratos por qualquer cidadão ou pelo Estado, tem-se que tal situação já é assegurada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Diante de todo o exposto, conclui-se, que a proposição, apesar de possuir intenção meritória, não confere a proteção pretendida e tem o condão de trazer, em alguma medida, insegurança jurídica ao tema.

Em face do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.519, de 2022.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado PAULO BENGTON
Relator

2022-7960

